



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2017

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

Questionamento 5:

- Item 5. da planilha “09-Planilhas_do_Plano_de_Negócios_das_Rodovias”

ESCLARECIMENTO 01. Considerando que:

- a) O Estudo de Viabilidade do Edital, disponibilizado pela SETOP (Fonte: 09--Planilhas-do-Plano-de-negocios-das-rodovias) no ITEM 5, subitem 5.2 prevê para Compensação Ambiental o valor de 05% (Cinco por cento) do valor dos Investimentos.

5	GESTÃO AMBIENTAL DO SISTEMA RODOVIÁRIO
5.1	DESAPROPRIAÇÕES / REASSENTAMENTOS / INDENIZAÇÕES
5.2	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (05% do valor dos Investimentos)

Fonte: 09--Planilhas-do-Plano-de-negocios-das-rodovias, ITEM 5, subitem 5.2

- b) Essa mesma fonte (09--Planilhas-do-Plano-de-negocios-das-rodovias), no mesmo ITEM 5, subitem 5.2, que trata sobre Compensação Ambiental, consta na sua fórmula o percentual 0,5%, ou seja, meio por cento do valor dos investimentos, distribuídos no período de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos.

Pergunta-se:

- a) Deve-se adotar para o Plano de Negócio, no item 5, subitem 5.2, Compensação Ambiental, 05% (cinco por cento) do valor dos investimentos, distribuídos no período de 5(cinco) em 5 (cinco) anos?
- b) Ou deve-se adotar para o Plano de Negócio, no item 5, subitem 5.2, Compensação Ambiental, 0,5% (meio por cento) do valor dos investimentos distribuídos no período de 5(cinco) em 5 (cinco) anos?

Respostas:

- a) Verificar ERRATA Nº 2, publicada no site da SETOP
<http://www.setop.mg.gov.br/component/gmg/page/2269-concorrencia-publica-internacional-006-2017>
- b) Verificar ERRATA Nº 2, publicada no site da SETOP
<http://www.setop.mg.gov.br/component/gmg/page/2269-concorrencia-publica-internacional-006-2017>



Questionamento 6:

- Item 5. da planilha “09-Planilhas_do_Plano_de_Negócios_das_Rodovias”

ESCLARECIMENTO 02: Entendemos que se o valor definidos na pergunta 1, for insuficiente para a Compensação Ambiental, haverá a necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro imediato do contrato. Está correto nosso entendimento?

Resposta: Não. O valor referente à Compensação Ambiental, conforme preconiza a legislação pertinente (Artigo 36 da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM-MG Nº 94, de 12 de abril de 2006 - que estabelece os procedimentos para a aplicação da compensação ambiental de empreendimentos de que trata a Lei 9.985) deve ser calculado pelas Licitantes, em conformidade com seus orçamentos para os investimentos a serem realizados pela futura Concessionária, incluindo os investimentos obrigatórios e outros que os estudos das Licitantes porventura venham a prever como necessários. O valor consignado neste item é de inteira responsabilidade das Licitantes e não será, em hipótese alguma, motivo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão.

Questionamento 7:

- Item 5. da planilha “09-Planilhas_do_Plano_de_Negócios_das_Rodovias”

ESCLARECIMENTO 03: A Compensação Ambiental do ITEM 5, subitem 5.2, fonte (09--Planilhas-do-Plano-de-negocios-das-rodovias) deve ser interpretada pelas Proponentes como um mecanismo financeiro que visa contrabalançar **os impactos ambientais futuros decorrentes da implantação do empreendimento**, que no caso é a concessão das rodovias BR 135, BR 231 e LMG-754. Está correto nosso entendimento?

Resposta: Não. O valor referente à Compensação Ambiental, a ser dimensionado, orçado e considerado pelas Licitantes em seus Planos de Negócios das Rodovias, refere-se ao



atendimento à legislação ambiental pertinente ao tipo de empreendimento de que trata o Edital. (Artigo 36 da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM-MG Nº 94, de 12 de abril de 2006 - que estabelece os procedimentos para a aplicação da compensação ambiental de empreendimentos de que trata a Lei 9.985).

Questionamento 8:

- Questionamentos referentes aos passivos ambientais.

ESCLARECIMENTO 04: Considerando que:

- a) No Edital, item 1.10 consta que: “A CONCESSIONÁRIA será responsável por todo o passivo ambiental do SISTEMA EXISTENTE, desde que dentro da faixa de domínio das rodovias componentes do LOTE”.
- b) A Minuta do Contrato de Concessão, na Cláusula 14 – Do Plano de Gestão Ambiental, subitem 14.1.2 diz: “A CONCESSIONÁRIA será responsável por todo o passivo ambiental do SISTEMA EXISTENTE, desde que dentro da faixa de domínio das rodovias componentes do Lote”.

Compulsando o Estudo de Viabilidade do Edital, disponibilizado no site da SETOP, verifica-se que este não mapeia os passivos ambientais do SISTEMA EXISTENTE, não disponibilizando um relatório técnico – ambiental com a descrição da localização e das condições dos passivos ambientais encontrados, e muito menos um cronograma físico – financeiro a ser exigido das licitantes para a remediação desses passivos.

- c) A ausência desses estudos nesta licitação, impossibilita as Proponentes avaliarem os passivos existentes e verificarem o custo para remediá-los e inseri-los na sua proposta.
- d) Corrobora a necessidade de ser analisado esse questionamento pela Setop, o Informativo de Jurisprudência do TCE-MG nº161¹, diz:



Trata-se de decisão monocrática proferida nos autos de denúncia, em face de edital de Concorrência Pública que tem como objeto a contratação de concessão patrocinada do Aeroporto Regional do Vale do Aço, em Ipatinga, que compreende a exploração, a operação e a administração do aeroporto. O relator, Conselheiro Sebastião Helvecio, salientou, em consonância com a manifestação da Unidade Técnica, que não houve análise da dimensão econômica da licitação pela Administração, que, no caso analisado, trata-se de concessão para 30 anos, devendo o ônus da contratação ser suportado por um longo período. Assim, em juízo superficial, o relator destacou a ausência de embasamento técnico para a fixação de elementos essenciais à concessão, que envolve valores estimados pelo poder concedente na ordem de R\$193.000.000,00 (cento e noventa e três milhões de reais). Por fim, diante dos fundamentos técnicos apresentados pela Unidade Técnica, o relator, entendendo que as irregularidades ali apontadas indicam a ocorrência de restritividade à competição do certame, determinou, liminarmente, nos termos do art. 60 da Lei Complementar n. 102/2008, a suspensão da referida Concorrência Pública, *ad referendum* do Tribunal Pleno. Determinou, ainda, a disponibilização, em meio eletrônico, de todas as planilhas desenvolvidas para a realização dos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento, com fórmulas discriminadas, sem a exigência de senhas de acesso ou qualquer forma de bloqueio aos cálculos, e, quando for o caso,

descrição do inter-relacionamento das planilhas apresentadas, compreendendo parâmetros técnicos, econômico-financeiros, jurídicos e outros que afetem a sustentabilidade técnica e econômica do empreendimento, contendo, no que couber: **a)** estudos de aferição e projeção de demanda; **b)** o valor dos investimentos com base em valores de mercado com data de referência e apresentação da metodologia e fontes de pesquisas utilizadas; **c)** cadastro de interferências existentes nos locais de execução das obras e levantamento de desapropriações necessárias; **d)** discriminação de todos os custos e despesas estimados para a prestação dos serviços; **e)** projeção das receitas operacionais do concessionário; **f)** eventuais fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou decorrentes de projetos associados; **g) relatório contendo a definição e diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, incluindo a avaliação de passivo ambiental, o estudo dos impactos ao meio ambiente e as prováveis medidas mitigadoras ou compensatórias;** **h)** tratamento de riscos, contemplando matriz de riscos consolidada, alocação e medidas mitigadoras dos principais riscos do contrato; **i)** relação dos critérios de avaliação de desempenho projetados; e **j)** explicitação da conveniência e oportunidade da adoção do projeto pela Administração, apresentando comparação objetiva entre a contratação por PPP e a melhor opção possível entre as demais modalidades de contratação, considerando-se a avaliação dos investimentos e custos operacionais e os ganhos globais e outras vantagens esperadas para a contratação sob a modalidade PPP, bem como as relações de estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras, despesas e investimentos já efetuados, vinculados ao objeto a ser licitado, quando houver, com a discriminação dos custos correspondentes. A decisão monocrática foi referendada pelo colegiado, por unanimidade (Denúncia n. 1007459, rel. Conselheiro Sebastião Helvecio, 19 de abril de 2017).



e) Por último, o OPEX (23_OPEX_Lote_BR_135_Consolidado) disponibilizado pela SETOP, prevê programa de Recuperação de Passivos Ambientais:

Fase de Operação		Costo Unitário	Costo Total	Frequência	Prazo	Observações
Equipe Fina						
Coordenador (Profissional/Mão Física)	Atividades a serem desenvolvidas pela equipe final: - Programa de segurança e gestão ambiental; - Programa de educação ambiental para os trabalhadores; - Programa de Comunicação Social; - Gerenciamento dos programas ambientais; - Elaboração de relatórios periódicos	0,00	0,00	Mensal	30 anos	Considerado na Estrutura Administrativa da Concessionária
Profissional/Mão Física		0,00	0,00			
Profissional/Mão Socioeconômico		0,00	0,00			
Veículo		0,00	0,00			
Sub Total		0,00	0,00			
Programas Ambientais - Fase de Operação						
		Costo Unitário	Costo Total	Frequência	Prazo	Observações
Programa de Supervisão e Gestão Ambiental	Controle e monitoramento dos impactos da rede de rodovias, do uso racional da água, do processo erosivo etc.	Equipe Concessionária	-	Mensal	30 anos	
Programa de Conservação e Manutenção da Rodovia	Descoberta de buracos, Registro de acidentes, coleta de resíduos etc.	Equipe Concessionária	-	Diária	30 anos	Considerado na estrutura de verbas
Programa de Monitoramento de Águas Superficiais	Coleta e análise de amostras de água superficial	20.000,00	2.400.000,00	Trimestral	30 anos	
Programa de Manutenção de Passagem	Podas, replanta, limpeza superficial em áreas de passagem etc.	Equipe Concessionária	-	Diária	30 anos	Considerado na estrutura de verbas
Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Coleta, transporte e destinação final de resíduos gerados em locais devidamente licenciados	0,00	0,00	Mensal	30 anos	Considerado na estrutura de verbas
Programa de Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas	Medição de ruído durante a operação em 2 pontos em cada rodovia	20.000,00	500.000,00	Eventual	30 anos	Em caso de medição - Considerado 06 por ano
Programa de Controle de Erosão e Assoreamento	Controle periódico e correção dos processos erosivos e assoreamento dos corpos d'água	Equipe Concessionária	-	Semanal	30 anos	Inspecção mensal pela Equipe de Concessão e Inspecção de Tráfego
Programa de Monitoramento de Aquecimento do Fauna	Controle periódico das zonas úmidas e áreas sensíveis das áreas protegidas	Equipe Concessionária	-	Mensal	30 anos	Atividade a ser feita
Programa de Recuperação de Passivos Ambientais	Recuperação dos passivos ambientais levantados	-	-	-	60 meses	Incluído no Fato de Trabalho Inicial (TI) e Recuperação das Rodovias
Programa de Recuperação de APP's	Recuperação, plantio e monitoramento por 3 anos das áreas de preservação permanente	Equipe Concessionária	-	Mensal	30 anos	Considerado na estrutura de verbas
Programa de Gerenciamento de Risco	Resposta a situações envolvendo problemas gerados no manuseio e descarte de resíduos sólidos e líquidos	15.000,00	500.000,00	Eventual	30 anos	Em caso de sinistro - Considerado 62 por ano
Programas Sociais - Fase de Operação						
		Costo Unitário	Costo Total	Frequência	Prazo	Observações
Programa de Comunicação Social	Comunicação com veículos, equipes de manutenção, atendimento ao cliente sobre temas ambientais etc.	Equipe Concessionária	-	Mensal	12 meses	Considerado 10% do Custo Anual
Programa de Educação Ambiental	Execução de programas de educação ambiental voltados aos trabalhadores envolvidos na operação das Rodovias com o objetivo de desenvolver hábitos sustentáveis e fortalecer conscientização ambiental	Equipe Concessionária	-	Quadrimestral	12 meses	Considerado 10% do Custo Anual
Programa de Monitoramento do Fluxo de Pedestres	Acompanhamento de fluxo de trânsito de pedestres, monitoramento de acidentes, segurança de pedestres	Equipe Concessionária	-	Mensal	12 meses	Considerado 10% do Custo Anual
Programa de Proteção da Fauna de Domínio	Monitoração das áreas de domínio das rodovias de pedestres, monitoramento de acidentes e segurança	Equipe Concessionária	-	Semanal	12 meses	Inspecção de Tráfego e Conserva de Rodovia
Programa de reassentamento de população	Reassentamento imediatista de população de áreas de domínio das rodovias	Incluído nos investimentos em Gestão Ambiental	-	-	-	Incluído no Fato de Trabalho Inicial (TI) e Recuperação das Rodovias

FONTE: 23_OPEX_Lote_BR_135_Consolidado

Nota-se na tabela acima, que o Programa de Passivos Ambientais (A18), faz a seguinte descrição: “Recuperação dos passivos ambientais já levantados” (B18), em custo unitário (C18) sem valor de referência; custo total (D18) sem valor de referência; frequência (E18) sem referência; prazo de 60 meses (F18) e observações (G18) “*incluídos nas fases de trabalhos iniciais (TI) e Recuperação das Rodovias*”.



Examinando o quadro 5 do PER não existe qualquer indicação do valor financeiro a ser adotado para o passivo ambiental existente no Plano de Negócio das Rodovias, seja no Item 1 - Trabalhos Iniciais ou Item 2 - Recuperação do Sistema Rodoviário, veja-se:

PROGRAMA DE CONCESSÕES DE MINAS GERAIS				
Edital de Concessão Internacional nº 1/2011 - SETOP-MG				
LOTE BR-135				
QUADRO 5 - CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA				
PREENCHER SOMENTE OS CAMPOS EM AZUL (PREÇOS GLOBAIS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ANUAL)				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	1º ANO	2º ANO
A	CAPEX			
1	TRABALHOS INICIAIS	0	0	0
INV 1.1	PAVIMENTO		0	0
INV 1.2	OBRAS DE ARTE ESPECIAIS		0	0
INV 1.3	DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES		0	0
INV 1.4	SINALIZAÇÃO E DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA		0	0
INV 1.5	CONSERVAÇÃO		0	0
INV 1.6	TERRAPLENOS E ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO		0	0
INV 1.7	SISTEMAS ELÉTRICOS E DE ILUMINAÇÃO		0	0
INV 1.8	NIVELAMENTO DE DEGRAU EM ACOSTAMENTO		0	0
INV 1.9		0	0
INV 1.10		0	0
INV 1.11		0	0
2	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	0	0	0
INV 2.1	PAVIMENTO		0	0
INV 2.2	OBRAS DE ARTE ESPECIAIS		0	0
INV 2.3	DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES		0	0
INV 2.4	SINALIZAÇÃO E DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA		0	0
INV 2.5	CONSERVAÇÃO		0	0
INV 2.6	TERRAPLENOS E ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO		0	0
INV 2.7	SISTEMAS ELÉTRICOS E DE ILUMINAÇÃO		0	0
INV 2.8	NIVELAMENTO DE DEGRAU EM ACOSTAMENTO		0	0
INV 2.9		0	0
INV 2.10		0	0
INV 2.11		0	0
3	MANUTENÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	0	0	0

FONTE: 23_OPEX_Lote_BR_135_Consolidado

Assim, entendemos que:

- 1) O passivo ambiental anterior a data da assinatura do Termo de Entrega do SISTEMA EXISTENTE pela Concessionária é de responsabilidade do Poder Concedente, o que ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 2) O passivo ambiental posterior a assinatura do Termo de Entrega do SISTEMA EXISTENTE, é de responsabilidade da Concessionária.
- 3) A SETOP juntamente com a concessionária, após a assinatura do contrato, farão o levantamento detalhado do passivo ambiental existente dentro da faixa de domínio.
- 4) O relatório detalhado do passivo ambiental será entregue pela Concessionária na data da assinatura do Termo de Entrega do SISTEMA EXISTENTE.

Pergunta-se: Nosso entendimento está correto?

Respostas:

- 1) Entendimento incorreto. O item 1.10 do Edital e a Cláusula 14 da Minuta do Contrato, definem que o passivo ambiental anterior a data da assinatura do Contrato e do Termo de Entrega do Sistema Existente, dentro da faixa de domínio das rodovias componentes do Lote, é de responsabilidade da futura



Concessionária. Ressaltamos ainda que o item 1.7. do Edital deve ser observado, e esclarecemos que não será, em nenhuma hipótese, a variação dos valores consignados pelas Licitantes em seus Planos de Negócios motivo de reequilíbrio econômico financeiro. O cronograma para o saneamento dos passivos ambientais existentes deve seguir o cronograma do item 3.1.5 do PER das fases de Trabalhos Iniciais e Recuperação Estrutural (do 1º ao 5º ano da Concessão).

Os custos com solução dos passivos ambientais existentes, se encontram consignados nos itens “TERRAPLENOS E ESTRUTURA DE CONTENÇÃO” (Planilha - Recuperacao_Lote_BR_135_Consolidado”) e “OCUPAÇÕES IRREGULARES” (Planilha Meio_Ambiente_Lote_BR_135_Consolidado_Rev_2 - ABA “Reassentamento”). Na Planilha “OPEX_Lote_BR_135_Consolidado”, aba “Custos Ambientais - Operação” está indicado que o “Programa de Recuperação de Passivos Ambientais” está “Incluído nas Fases de Trabalhos Iniciais (TI) e Recuperação das Rodovias”.

2) Entendimento correto.

3) Entendimento incorreto.

4) Entendimento incorreto.